

Unidade do método materialista em história do pensamento econômico: fundamentos e análise de gênese

Elcemir Paço Cunha

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAdm/UFJF

Programa de Pós-Graduação em Economia – CEDEPLAR/UFMG

paco.cunha@ufjf.br

Resumo

Considerando a existência não explicitada da unidade do método materialista para o estudo da história do pensamento econômico (HPE), o objetivo do artigo é tratar especificamente dos aspectos centrais dos elementos desse método: 1) *fundamentos da predicação ativa do pensamento*, envolvendo a dependência das formas de pensamento em reciprocidade com suas condições objetivas de possibilidade; 2) *análise de gênese*, que orienta a atenção para a constituição histórica e missão social, considerando as reciprocidades entre os fatores preponderante (base material) e protagonistas (elementos da superestrutura ideológica e variantes das formas de consciência) no todo articulado. O estudo teórico realizado é uma contribuição inicial tangente a tais elementos para a pesquisa que utiliza pressupostos e procedimental da tradição marxista, sobretudo no Brasil. Assim, são recuperados apontamentos centrais dessa tradição em diálogo construtivo com tendências marxistas em HPE no país.

Palavras-chave: história do pensamento econômico; formas de pensamento; método materialista.

Unity of the materialist method in the history of economic thought: foundations and genesis analysis

Abstract

Considering the non-explicit existence of the unity of the materialist method for the study of the history of economic thought (HET), the aim of the article is to specifically address the central aspects of the elements of this method: 1) foundations of active predication of thought, involving the dependence of forms of thought in reciprocity with their objective conditions of possibility; 2) genesis analysis, which directs attention to the historical constitution and social mission, considering the reciprocities between the predominant factors (material base) and protagonists (elements of the ideological superstructure and variants of forms of consciousness) in the articulated whole. The theoretical study carried out is an initial contribution related to such elements for research that uses assumptions and procedures from the Marxist tradition, especially in Brazil. Thus, central notes of this tradition are recovered in a constructive dialogue with Brazilian Marxist tendencies in HET.

Keywords: history of economic thought; forms of consciousness; materialist method.

1. Introdução

Há uma unidade quanto ao método nas investigações de base materialista em história do pensamento econômico (HPE). Dadas as inclinações e problemáticas variadas que animam as pesquisas, essa unidade nem sempre aparece em primeiro plano. Entretanto, a enunciação aberta dos elementos daquele método constitui parte essencial do desenvolvimento das pesquisas de fundamentação materialista uma vez que permitiria a pesquisadores e estudantes orientarem seus trabalhos e auxiliaria na avaliação e escrutínio dos seus avanços.

Para o adequado tratamento da questão, o método em tela não deve ser tomado como um conjunto de etapas cuja execução ordenada forneceria o seu parâmetro avaliativo ou uma resultante de preferências e inclinações subjetivas. Na verdade, o “procedimento analítico correto, longe de se configurar num método que orienta o conhecimento por parâmetros ou medidas preestabelecidas, anteriores e externas ao próprio objeto investigado, é um entendimento que, ao contrário, resulta do caminho percorrido” (Vaisman, 2010, p. 83). Diferentemente de outras tradições de pesquisa, o método no materialismo decorre, ao cabo, tanto da natureza do objeto investigado quanto da própria realização da investigação per se. Não é, pois, uma arrumação prévia e universal (Chasin, 2009). Disso resulta que o esforço de sistematização desse método necessariamente se limita a questões gerais e essenciais, não envolvendo procedimentais detalhados os quais só poderiam ser enunciados por consequência de pesquisas particulares, respeitando as especificidades dos objetos e das problemáticas envolvidas.

Tendo tais questões gerais e essenciais em mente, é possível abarcá-las pela chamada *determinação social do pensamento* legada por Marx em seus termos fundamentais e desenvolvidas posteriormente na tradição marxista por meio de especiais tendências (Chasin, 1978, 2009, Dobb, 1973, Engels, 2015, Lange, 1963, Lenin, 1977, Lukács, 2020, Rubin, 1979, Schaff, 1991, Vaisman, 1996, 2006, entre outros). Essas tendências, no conjunto, destacaram a significativa advertência segundo a qual todo cuidado deve ser tomado diante da *diferença específica* das formas de pensamento em relação à realidade material. Por serem de naturezas distintas e apesar de estarem em uma unidade, é inapropriada a mera e integral transposição, ao estudo do pensamento, dos mesmos e precisos orientadores da pesquisa sobre a realidade material. Deve-se observar, portanto, o caráter peculiar das formas de pensamento, o qual implica orientadores particulares.

Nesse sentido, entre aqueles termos fundamentais, formando a unidade do método materialista a partir de tais tendências marxistas que se debruçaram especialmente sobre o pensamento econômico, encontram-se alguns aspectos que são comuns, não obstante sua distribuição desigual na própria tradição. De maneira sumária e simplificada: 1) *fundamentos da predicação ativa do pensamento*, envolvendo a dependência das formas de pensamento em reciprocidade com suas

condições objetivas de possibilidade (habilitadoras ou obstrutivas) sobre as quais desaguam, com direções e efeitos variados, essas próprias formas de pensamento por mediação da prática desdobrada no cotidiano da vida; 2) *análise de gênese*, que orienta a atenção para a constituição histórica e missão social (necessidade) do pensamento e seu desdobramento, considerando, na qualidade de chave explicativa, as reciprocidades entre os fatores preponderante (base material) e protagonistas (elementos da superestrutura ideológica e variantes das formas de consciência) no todo articulado; 3) *análise de função social*, dizendo respeito à missão social revelada pela análise de gênese de tais formas de pensamento, mas especialmente interessada nos propósitos/finalidades, declarados ou não, e em seus potenciais (e não garantidos) efeitos práticos sobre a realidade uma vez vertidas em ideologias por grupos humanos no enfrentamento dos conflitos sociais; 4) *análise imanente*, que constitui o estudo da estrutura e da natureza de tais formas, conformando-se como elemento incontornável da unidade do método na investigação dos “objetos ideológicos” entendidos como pensamento sistematizado na forma das variadas doutrinas econômicas, políticas, filosóficas etc.; e 5) *análise teórico-histórica*, irmanada à análise imanente, mas com a especificidade de estudar a correção daquelas formas de pensamento à realidade histórico-objetiva (*crítica imanente*) tendo em vista o grau de objetividade científica. Tais elementos constitutivos da unidade são mutualmente relacionados, podendo ser mobilizados também separadamente em decorrência de diferentes finalidades investigativas.

Com efeito, o propósito delimitado para a presente exposição é trazer à baila os aspectos centrais dos *fundamentos da predicação ativa do pensamento* e da *análise de gênese* que configuram a unidade do método materialista. A justificativa desse esforço se revela no fato de que, sobretudo no Brasil, há uma candente dedicação a respeito do desenvolvimento do método materialista para o estudo da HPE por iniciativa de diferentes tendências exitosas na mobilização de alguns dos elementos daquela unidade desse método em tela. As problemáticas envolvidas tanto nos fundamentos quanto na gênese do pensamento econômico são recorrentes em tais tendências. Isso mostra a necessidade científica de explicitar a unidade do método materialista e os dois termos delimitados, contribuindo com as pesquisas em progresso, para o escrutínio das já realizadas, para a realização de futuros estudos e para a formação de seus executores.

Destacam-se pelos menos três dessas importantes tendências no Brasil: 1) marxismo de inclinação “erudita” (e.g. Paula, Cerqueira & Albuquerque, 2007, Paula, 2021a, 2021b); 2) marxismo de relativa base na “perspectiva crítica” (Curty & Malta, 2019, Curty & Malta, 2022, Curty, 2020, Malta et. al., 2011); 3) marxismo com marcadores na “ontologia do ser social” (Medeiros, 2013, Mesquita, 2021). A explicitação dos aspectos centrais dos fundamentos da predicação ativa do pensamento e da análise de gênese será realizada, até certo ponto, em diálogo construtivo com tais tendências.

De tal maneira, o artigo está dividido em três partes: 1) fundamentos da pregação ativa do pensamento, 2) análise de gênese e 3) considerações finais.

1. Fundamentos da pregação ativa do pensamento

Hoje é praticamente lugar comum aos familiarizados com a tradição marxista a afirmação de que o pensamento, sobretudo o de natureza econômica, não possui existência autônoma. De fato, as ideias não possuem história própria, independentes e desgarradas das condições materiais que as tornaram possíveis.

Apenas em certas tradições foi concebível a existência de uma “consciência pura”, como aquelas que pagam tributos às tendências formal-racionalistas verificadas no neopositivismo e alhures. Por outro lado, há também, a exemplo das tendências cético-radicalistas, relativistas e agnósticas frequentadoras da sociologia do conhecimento (claramente desde Mannheim), a condenação das ideias ao contágio absoluto, não sendo possível à consciência distinguir a correção das próprias ideias diante da realidade de referência. Ambas as posições, no entanto, são inapropriadas porque, de um lado, não há consciência autoexplicativa, que seja causa de si mesma, e, de outro, o caráter histórico de uma forma de consciência não é, por si mesmo, a negação de sua potência de objetividade científica e nem a admissão de que, numa controvérsia, todas as “perspectivas” estão corretas.

Paralelamente a isso, são seculares os obstáculos do materialismo mecânico à captura da potência das ideias sobre a realidade objetiva. Desse ângulo, toda consideração a respeito dessa influência é inapropriadamente caracterizada como desvio idealista. Ao desprezar tais possibilidades perde-se, no mesmo instante, qualquer chance de descoberta na complexa relação de reciprocidades entre as condições objetivas e as formas de pensamento; não haveria aí qualquer movimento para aquele materialismo grosseiro. Mas ao assumir uma posição oposta e integralmente divergente, flerta-se com os riscos da generalidade de meramente atribuir a relatividade do pensamento a contextos específicos, os riscos da admissão da realidade como produto direto dos “modos de ver” ou ainda da indeterminação radical na qual os fatores relacionados possuem todos o mesmo peso e desempenham sempre os mesmos papéis. Enquanto no primeiro caso perde-se potência explicativa, enquanto no segundo o resultado é uma apreensão equivocada das tendências objetivas e contradições por meio das quais a realidade se move, no terceiro caso obtém-se um tipo de relação carente de movimento porquanto está indefinido o fator motor do todo articulado em uma unidade.

Tendo tais problemáticas em mente, é importante sublinhar que na investigação integral dos chamados “objetos ideológicos” (Chasin, 1978), isto é, o estudo das formas de pensamento especialmente sistematizadas, tais como as doutrinas econômicas, políticas e filosóficas, está presumida a captura do movimento na relação de reciprocidade entre pensamento e realidade, segundo a admissão da pregação do primeiro em relação à segunda. Aqui repousam os fundamentos

da investigação materialista sobre as formas de pensamento tendo por eixo basilar o entendimento delas como resultantes, porém, ativas sobre suas condições de origem e sobre outros contextos para os quais são difundidas, a depender de seu desenvolvimento e das circunstâncias particulares.

Deu-se a isso a designação geral de critério ontoprático da determinação social do pensamento (Chasin, 2009). Diferentemente do que frequentemente assegura a teoria do conhecimento e sua inclinação de natureza subjetivista, sujeito e objeto estão relacionados por meio da atividade social. Marx mesmo foi categórico a esse respeito ao informar que “Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles” (Marx & Engels, 2007, p. 87). Nessa toada, Chasin (2009) delimitou o critério ontoprático dessa relação na própria transitividade entre tais fatores relacionados (pensar e ser). É a atividade social que transmuta a objetividade em subjetividade e a subjetividade em objetividade. Essa posição está coerentemente aderente aos enunciados marxianos em que “Pensar e ser”, da forma como sublinhou Marx (2004, p. 108), “são, portanto, *diferentes*, mas [estão] ao mesmo tempo em *unidade* mútua”, tratando-se de um caso de unidade do diverso. Por meio da atividade, da prática social, são apreendidas categorias objetivas plasmadas para o plano da subjetividade, da “teoria”. Por isso admite-se que o “ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2013, p. 90). Tais categorias apreendidas pelo aparelho receptor da cognição contribuem, por meio do aparelho propositor, para estabelecer as finalidades socialmente condicionadas que, mediadas novamente pela práxis também social, guardam potência transformadora da própria objetividade estabelecida prioritariamente como condição essencial do movimento.

Não é por outro motivo que, segundo também Marx, é “na prática que homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade, o poder, a natureza ceterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*” (Marx & Engels, 2007, p. 533). E, uma vez que essa prática se desdobra na vida cotidiana, reconhece-se que a “Ontologia da vida cotidiana deve desempenhar um papel decisivo como mediação entre a condição econômica e a ideologia dela decorrente” (Lukács, 2013, p. 481).

Assim, por um lado, é possível falar em *gênese e análise de gênese* das formas de consciência a partir das suas condições objetivas de possibilidade sem as quais não haveria qualquer consciência, qualquer forma de pensamento. Uma vez mais, a objetividade e a práxis sobre ela criam as condições de possibilidade para as formas de consciência, para as representações, reais ou ilusórias, que os homens portam, incluindo a modificação dessas representações, tanto em sentido corretivo quanto em sentido decadente.

As formas de consciência científica, entre elas o pensamento econômico, brotam do mesmo terreno. Se determinada forma de consciência científica ajuda a esclarecer o cotidiano donde brotaram certas falsidades (ainda que socialmente necessárias) ou se ajuda a obscurecer esse mesmo cotidiano,

já não é uma questão que cabe exclusivamente ao problema da gênese. Aqui se encontra a necessária complementariedade (tanto por parte da *análise teórico-histórica* a respeito da correção das representações quanto) da *função social* que certas formas de consciência exercem em termos de efetividade uma vez convertidas em ideologias. Trata-se não mais do imediato interesse explicativo da constituição das formas de pensamento, mas da verificação fundamentalmente de sua potência ao desaguar naquele terreno.

Por isso é possível tomar a gênese do pensamento econômico a partir das questões colocadas no próprio cotidiano da vida. Como sugeriu Dobb, a “Economia Política e as controvérsias de que é objeto, têm sentido como resposta a certos problemas de natureza essencialmente prática – problemas relativos à natureza e ao comportamento do sistema econômico que conhecemos como capitalismo; e de que estas questões são fundamentais, tanto para a plena compreensão do desenvolvimento do pensamento econômico, como para relações entre esse pensamento e a prática” (Dobb, 1937, p. vii). Tais respostas retroagem sobre a realidade com potência variada. À primeira vista, o caráter histórico das formas de pensamento pode sugerir uma limitação enquanto meros produtos de certas condições. Entretanto, há potencial de atividade dessas formas. Marx, por exemplo, escreveu que “se não se concebe a própria produção material na forma histórica específica, é impossível entender o que é característico na produção intelectual correspondente e a interação entre ambas” (Marx, 1980, p. 267). O sublinhado deve destacar a reciprocidade entre os fatores relacionados.

Em outros termos, a “produção intelectual” é produto correspondente, mas produto ativo, interativo sobre as suas condições objetivas de possibilidade. Ao considerar, à guisa de exemplo, a economia política de Adam Smith, Marx pôde sugerir que suas ideias se caracterizaram como “um produto da energia real e do movimento da propriedade privada (...), como produto da indústria moderna” e, ao mesmo tempo, como elemento que “acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência” (Marx, 1974, p. 9). Fica reconhecido, *no caso em tela*, o lado ativo da economia política como forma de consciência científica. O potencial de influência, segundo Marx, estaria confirmado naquelas condições históricas – e não é inoportuno dizer que tal potência está sempre aberta a investigações complementares. Assim, tal forma de pensamento econômico não se caracterizou apenas como produto, mas também como força atuante.

Portanto, o pensamento econômico se constitui como respostas aos problemas e contradições do modo de produção que podem obter efetividade, como ideologia, na medida em que passam a desempenhar uma função específica na realidade. As ideias não nascem necessariamente como ideologias, como insistiu corretamente Lukács (2013), mas transformam-se em ideologias, uma vez que “essa transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas” (Vaisman, 2010, p. 51). Assim, “ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (Lukács,

2013, p. 465). Certas ideias econômicas, falsas ou verdadeiras, são convertidas em ideologias quando grupos humanos as tomam para o desenrolar do conflito essencial (e derivados) materializado nas decisões sobre as relações sociais de produção e distribuição da riqueza social sob uma dada modalidade de organização das necessidades sociais (reais ou ilusórias) e das capacidades sociais (subjetivas e objetivas, incluindo os meios de produção). Em suma, como produzir a riqueza e distribuí-la? Como resposta, tomam tais ideias no movimento de dar direção àquele conflito porquanto é por mediação dessas “formas ideológicas” que os homens “tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim” (Marx, 1974, p. 136).

Assim, é decisivo considerar a unidade geral entre ser e pensar mediados pela prática, pela atividade social, considerar, portanto, a relação entre a condição econômica, vida cotidiana e formas de consciência. Nessa unidade e relacionamento, o pensamento econômico como forma de consciência científica historicamente determinada, e não importando seu grau de correção ou objetividade (no presente caso), pode se transformar em ideologia e promover efeitos concretos na vida cotidiana de onde foi parido que, por sua vez, medeia potenciais efeitos sobre as condições econômicas. Por efeito das possíveis mudanças estruturais da base material provocadas por mediação da atividade social, altera-se também a prática nessa vida material, cotidiana, reconfigurando conseqüentemente, de maneira desigual obviamente, toda a superestrutura ideológica e as formas de consciência, incluindo o próprio pensamento econômico. Mas esse movimento depende de extração concreta e não se configura como teoria geral das ideologias ou coisa que o valha.

Considerados os elementos de conjunto, cabe agora tratar tão somente de alguns dos problemas de análise de gênese na qualidade de termo constitutivo da unidade do método materialista ao estudo da HPE.

2. Análise de gênese

Diferentemente de tendências ainda hoje prevalescentes, os fundamentos que aqui serão descritos sumariamente apontam para o enraizamento ontoprático do pensamento econômico. Não sugerem, como fez Schumpeter (1954), que as ideias econômicas decorrem sempre das ideias econômicas anteriores, que o fator explicativo para certo avanço ou paralisia da circulação de novas ideias não é outra coisa senão o clima intelectual dos países. O interesse do marxismo pelo caráter histórico procura, sem desconsiderar as ideias progressas e circulantes, remeter o pensamento aos fatores mais essenciais, às suas condições de existência fundamentais.

O primeiro aspecto importante, nessa direção, é a distinção entre a base econômica, superestrutura ideológica e formas sociais de consciência, uma vez que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual” (Marx, 1974, p. 136). O sublinhado deve ser realizado, no presente caso, ao caráter condicionado do “processo espiritual” em

que o pensamento econômico é elemento constitutivo. O pensamento econômico aparece, nesses termos, como forma social de consciência produzida por condições da vida material, uma forma de consciência científica que, *bem-sucedida ou não sob certas circunstâncias*, procura explicar “como se produz” a riqueza no interior e sob a forma das “relações da produção burguesa”, debruçando-se sobre “a vida ativa e atuante dos homens” (Marx, 1985, p. 102). Os homens ativos e atuantes estabelecem os “princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais” (p. 106). Dessa maneira, as “categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção”; elas “são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*” (p. 106).

Não por menos, esse aspecto tem sido sublinhado com vigor na tradição marxista. Dobb considerou que na HPE “existe um conjunto de evidências do condicionamento histórico da teoria econômica” (1973, p. 16). O autor inglês esteve interessado no “como e por que”, isto é, nos “modos e maneiras desse condicionamento social e histórico” (p. 16). De maneira similar, Rubin sublinhou que as “ideias econômicas não nascem num vácuo. Frequentemente, elas decorrem diretamente da agitação e da luta dos conflitos sociais, sobre o terreno de batalha entre diferentes classes sociais” (1979, p. 9).

Entretanto, a conquista realizada pelo materialismo a respeito do caráter histórico das formas de pensamento serviu a muitos propósitos, incluindo os de reação contra o próprio materialismo. Esse é o caso, por exemplo, da sociologia do conhecimento de Mannheim que marcou uma linha geral de muita influência, inclusive no Brasil, em que se exalta as “visões de mundo” relativas a contextos específicos, os coexistentes e imponderáveis “pontos-de-vista parciais” (Mannheim, 1968, p. 275-6). Inspirado em Marx e Lukács em parte, também enfatizou o peso das “circunstâncias” para explicação do pensamento. Há o reconhecimento de que o pensamento não é independente da “existência” (p. 324). Disso resulta a procura por uma “teoria da determinação social ou existencial do pensamento efetivo” (p. 288), uma teoria que explicasse a “influência desses fatores existenciais sobre o conteúdo concreto do conhecimento” (p. 289). Nessa sociologia, foi persistente o destaque segundo o qual “as condições de existência afetam não somente a gênese histórica das ideias, mas constituem uma parte essencial dos produtos do pensamento e se fazem sentir em seu conteúdo e forma” (p. 300).

Não é lugar para longa avaliação dessa sociologia em contrapondo ao método materialista, bastando registrar, tendo em vista os atuais propósitos, que a mera indicação de que as “condições de existência” ou “fatores existenciais afetam o pensamento” não é garantia de exclusão dos riscos do relativismo presentes na derradeira imponderabilidade das “visões de mundo” coexistentes. Há, pois, um alerta para a pesquisa da HPE por via do método materialista especialmente em razão da influência da sociologia do conhecimento no Brasil.

Uma parte considerável dos fundamentos da “perspectiva crítica” no estudo da HPE particularmente no Brasil (Ganem, 2011, Tolipan, 1996/2019) anima relativamente a “abordagem das controvérsias” (Malta et. al. 2011, Malta & Curty, 2022). Tais fundamentos da “perspectiva crítica” arcam com alguns tributos não declarados (e talvez não conscientes) àquele relativismo da sociologia do conhecimento em meio à defesa explícita do pluralismo diante do *mainstream*. Uma HPE na “perspectiva crítica”, “além de estabelecer um movimento das ideias com os fatos históricos deve ser entendida como um combate de ideias, eminentemente plural e conflitivo, o espaço da controvérsia, o espaço da liberdade” (Ganem, 2011, p. 55). Porém, ao mesmo tempo em que reconhece a dependência do pensamento econômico diante das condições reais e que é persistente a coexistência de ideias divergentes – uma inspiração justificadamente mais política do que científica para garantir a convivência de diferentes “visões” num território hostil à “heterodoxia” –, animam uma reação romântica às tendências positivistas do *mainstream* ao abdicar da necessidade de conhecer a diferença entre o falso e o verdadeiro (uma tarefa da *análise teórico-histórica* como elemento da unidade do método materialista que não será tematizada na presente exposição, como dito, mas que tem implicações a partir do estudo da gênese).

Assim, entremeadada à recusa do positivismo, no “espaço da controvérsia” não teria lugar para a objetividade científica, porquanto uma “HPE crítica refuta a ideia da história do progresso científico como um processo acumulativo linear que nos leva inexoravelmente a uma verdade absoluta em que o atual estágio do desenvolvimento teórico da ciência econômica estaria atestado pelos últimos avanços modelísticos e matemáticos do *mainstream*” (Ganem, 2011, p. 55). É uma posição justificada que ecoa muitas críticas acumuladas à proposição de Schumpeter (1955/2006) que, resistente à passagem do tempo, sustentou certa linha do pensamento econômico, a “análise econômica” voltada ao método formal de estudo econômico, como uma espécie de “consciência pura” por estar alegadamente blindada dos condicionantes históricos, políticos etc. Mas também é uma posição inadvertidamente aderente à tendência cético-relativista se forem abandonadas as preocupações com a objetividade científica e o reconhecimento de que, em certas condições históricas, são registrados efetivos avanços, inclusive pelo pensamento econômico.

Em Tolipan (1996/2019), por exemplo, essa questão problemática está colocada por considerar existir um “mito do progresso do conhecimento”, cujo critério essencial seria o “binômio verdade-erro” (p. 149). Abandona-se, assim, a possibilidade do estabelecimento da verdade objetiva cara, no entanto, aos fundamentos materialistas, como demonstrado extensivamente por Schaff (1991). Torna-se necessário sopesar essa reação ao positivismo, despindo-a de qualquer inclinação romântica. Como compatibilizar, por exemplo, essa reação romântica com as notas de Marx (1974) acerca da história da análise da mercadoria que teria encontrado em Ricardo um cume alto de desenvolvimento da economia política clássica, em que a verdade da determinação do valor foi cada

vez mais estabelecida e que isso expressou de fato um progresso? Como reconhecer que, embora embebido do “horizonte burguês, Ricardo dissecou a economia burguesa, que em suas profundezas aparece muito diferente da superfície”, que ele, “na qualidade de finalizador da economia política clássica, foi quem formulou e desenvolveu a determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho em sua forma mais pura” (Marx, 1974, p. 167)? Como avaliar a decadência posterior na figura da economia vulgar?

Aquele relativismo, contrariamente às pretensões enunciadas pela “perspectiva crítica”, é tributário de Mannheim, não de Marx. Por isso, a “abordagem das controvérsias” de incontestável ascendência ao método materialista (Curty, 2020) está equipada para levar a análise de gênese adiante sem as concessões ao relativismo uma vez que o método materialista como unidade não dispensa o estudo teórico-histórico que avalia a objetividade do pensamento econômico (uma vez mais, trata-se de tema para outra oportunidade). A análise de gênese, portanto, mais rica do que pôde se tornar a sociologia do conhecimento, deve toda a atenção a esse desvio comum.

Mas também não é possível ignorar que o caráter histórico do pensamento, isto é, sua qualidade de produto das relações sociais de produção, provoca muitos mal-entendidos caso não seja sublinhado que se trata de tais relações que formam a base material como condição de possibilidade objetiva em última instância. Não é uma linha reta, causal e unidirecional, mas a constituição de pressupostos objetivos às formas de pensamento. Nisso se revela a “dimensão fundamental da determinação social do pensamento”, qual seja, a “sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento” uma vez que a “sociedade fornece a matéria, os meios e as próprias demandas para a exercitação do pensamento, pois, da situação mais corriqueira à mais técnica ou sofisticada, é sempre como ser social que o homem pensa” (Vaisman, 1999, p. 286, grifos no original).

A compreensão distorcida do que se entende como predicação do pensamento econômico em relação à objetividade das relações sociais de produção é, de fato, alvo de recorrentes protestos. E isso porque a considerada “condição de possibilidade” foi vertida, de muitas maneiras, em um tipo de espelhamento automático e de mão única. Não por acaso, nunca foi uma questão meramente protocolar insistir na ausência de qualquer compromisso “com as fracassadas tentativas, típicas das vulgarizações do marxismo, de reduzir cada ideia singular a um momento da realidade que supostamente o determinaria” (Medeiros, 2013, p. 34). A coerente e decidida recusa ao “determinismo reducionista” admite, em seu lugar, “simplesmente que as ideias têm sempre por pressuposto coisas do mundo – são ideias sobre estas coisas – e que são formadas em determinadas condições sociais. Em outros termos, admite-se que as ideias são *parte da vida*, de modo que a crítica das ideias não pode prescindir da crítica das formas de vida” (p. 34). Essa admissão corresponde ao interesse de realizar uma “crítica ontológica” às “teorias do bem-estar social”, mostrando a necessidade social delas. Mais importante ainda, procura indicar o “papel das teorias do bem-estar

social” uma vez que são “formas de consciência compatíveis com as formas de vida do capital” (p. 34).

A justificada cautela diante da temeridade do materialismo grosseiro deve, no entanto, guardar sala para a inspeção mais detalhada quanto à gênese das formas de consciência econômica não se contentando com a “simples” admissão de que “as ideias têm sempre por pressuposto coisas do mundo”, como sugerido acima. A reconstituição da “gênese das formas de consciência com as quais a ciência econômica interpreta e ajuíza as “mazelas” sociais hoje” (p. 17) subordinou-se, por mais coerente e importante que seja, ao propósito de explicitar o papel daquelas teorias, a sua *função social* nos termos da unidade do método materialista.

Essa subordinação é compreensível pelo fato de que o estudo da gênese inevitavelmente convoca o da função social dadas as interconexões entre os elementos da unidade do método materialista. A consideração dedicada de Mesquita (2021), por exemplo, sobre uma metodologia de “análise genética” extraída de Lukács, tomou um plano mais amplo da “emergência do conhecimento sobre a esfera econômica na forma de ciência” para sublinhar propriamente que “cabe à teoria econômica responder apropriadamente às tarefas socioeconômicas prementes de sua sociedade e apontar os caminhos possíveis de solução, sustentando teoricamente as resoluções práticas e a reprodução das relações econômicas existentes”. Com efeito, escreveu o autor, a “essa função social da ciência econômica – função que justifica a autonomia desta atividade na divisão social do trabalho – o conhecimento da esfera econômica, a forma assumida pela teoria e suas particularidades são submetidos” (p. 24). Essa subordinação, entretanto, pode limitar o potencial da análise de gênese.

Por isso, tal análise de gênese pode ser retirada de sua subordinação à análise da função social para desenvolvimento particularizado. Ao mesmo tempo, demanda sala para investigação dedicada sem os desvios do materialismo grosseiro e sem contentar-se com a simples admissão de que as ideias pressupõem coisas do mundo. A temeridade do mecanicismo não deve implicar no seu oposto, impedindo a justa averiguação da “centralidade das determinações histórico-materiais dos fenômenos da consciência” (Paula, 2010, p. 7).

Nessa direção, o reconhecimento da forja do pensamento ilumina os problemas de gênese das formas de pensamento como elemento componente da unidade do método materialista. A análise de gênese das formas de pensamento corresponde à investida *explicativa* das formas de consciência. Não se limita à verificação do surgimento do pensamento econômico, em geral, a partir do “terreno vivo da economia política” (Marx, 2013, p. 84) na qualidade de “ciência própria no período da manufatura” (Marx, 2013, p. 438), isto é, como específica forma de consciência científica na “Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguilebert” (Marx, 1961, p. 37; 2010, p. 292. Ver também Marx, 2011, p. 27). Indo além, essa análise também auxilia na identificação da missão social (e não sua eficácia, sua função) envolvida na constituição dessa forma de pensamento, sua necessidade de

desenvolvimento dado o enraizamento prático incontornável. Além de procurar demonstrar a superioridade do modo de produção capitalista diante das ruínas do feudalismo que ainda persistiam, a economia política desenvolvida tinha por missão social (realizada ou não) apresentar a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente e transitório de desenvolvimento” (Marx, 2013, p. 85). Quer dizer, atendia a uma necessidade imanente ao modo de produção capitalista.

A análise de gênese também pode se desdobrar em um “trabalho comparativo sobre os escritos e personalidades de Petty e Boisguillebert”, trabalho ainda a ser realizado que, “além de destacar os antagonismos sociais da Inglaterra e da França no final do século XVII e início do século XVIII, poderia ser a exposição genética do contraste nacional entre a economia política inglesa e francesa” (Marx, 1961, p. 37-38). Cabe igualmente a análise de gênese de tendências específicas, como o caso da “economia vulgar” a partir das transformações do século XIX, particularmente no que tange à exacerbação da luta classista, como sugeriu Marx (2013), e a consequente decadência da potência científica do pensamento econômico propagado pelas classes dominantes (Lukács, 2016). Envolve, portanto, o estudo das inflexões das formas de pensamento econômico que, no caso, teve por missão social (cuja realização é preciso investigar) proceder a apologética do capital, procurando “à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (Marx, 1980, p. 1539).

Nesse diapasão, o desenvolvimento da escola histórica e da escola austríaca já foi alvo de considerações genéticas. À guisa de exemplo, restou sugerido que a escola histórica “surgiu como uma reação ao “cosmopolitismo” e “perpetualismo” dos economistas clássicos” (Bukharin, 1927, p. 18) em uma Alemanha em progressivo avanço do modo de produção capitalista e desenvolvimento de suas classes dominantes, como uma espécie de “expressão ideológica desse processo de crescimento da burguesia alemã, temerosa com a competição inglesa e demandante portanto de proteção para as indústrias nacionais” (p. 18-19). Por sua vez, a escola austríaca teria por campo predominantemente o desenvolvimento da “circulação dos papéis financeiros – o Mercado de Ações” (p. 25), configurando-se como uma espécie de “consciência social do *rentista*” (p. 28). Há muitos outros exemplos possíveis, como Dobb (1932, 1937, 2012) a respeito do marginalismo apreendido na qualidade de desdobramento da tendência da economia vulgar identificada por Marx como forma de pensamento econômico limitado à análise das formas superficiais das trocas abstraído as relações de produção. Em diapasão semelhante, já foi sustentado que na transição entre os séculos XIX e XX:

consumou-se a fuga da economia diante da análise do processo global da produção e reprodução em direção à análise dos fenômenos superficiais isolados da circulação. A “teoria da utilidade marginal” do período imperialista é o ponto culminante desse esvaziamento da economia na abstração e no formalismo. Enquanto no período clássico predominava a busca por compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, o

período da decadência interpõe uma barreira artificial, pseudocientífica, pseudometodológica entre eles, criando uma separação que só existe na imaginação. (Lukács, 2016, p. 113-14)

Nesse ponto, é importante realizar considerações que visam esclarecer velhos e novos mal-entendidos. A análise de gênese mobiliza diretamente a correspondência já aludida entre as relações sociais e as formas de pensamento decorrentes. É, seguindo Marx, impecado e acríco fazer abstração da “base material” na análise de tais formas. Referindo-se à religião, escreveu o autor que “é muito mais fácil encontrar, por meio da análise, o núcleo terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, suas correspondentes formas celestrializadas”. Não obstante, o último “é o único método materialista e, portanto, científico” (Marx, 2013, p. 446).

Tal consideração, estendida ao pensamento econômico, exige da análise a captura do desenvolvimento dessa forma de consciência científica a partir das condições reais de vida dos contextos particulares, isto é, a base material como fator indispensável. A base material como condição de existência dessa forma de pensamento é, em todo caso, o *fator preponderante* em um todo articulado, isto é, base econômica, superestrutura ideológica e formas de consciência formam uma unidade em que as condições reais de vida constituem tal fator articulador. É decisivo reconhecer a existência da preponderância de um dos fatores relacionados, uma vez que “nenhuma interação real (nenhuma real determinação de reflexão) existe sem momento predominante [ou *preponderante*]”. Quando, porém, tal “relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante” (Lukács, 2012, p. 334). Não é por outro motivo que é preciso reconhecer que:

(...) no ser social o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa irrevogável relação recíproca, da qual porém não deriva (...) nem um desenvolvimento histórico singular sem leis, nem uma dominação mecânica “por lei” do econômico abstrato e puro, mas da qual deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas o papel de momento [ou fator] predominante [ou *preponderante*]. (Lukács, 2012, p. 310)

O reconhecimento do fator preponderante em um todo articulado em nada menospreza a potência dos fatores superestruturais, como o direito e a política, e das formas de consciência, a exemplo do pensamento econômico. Ao contrário, o destaque recai sobre as complexas reciprocidades no interior da unidade.

Nesse sentido, passa a ser crucial diferenciar o aludido fator preponderante dos *fatores protagonistas*. Enquanto o fator preponderante é aquela base material sem a qual não haveria

superestrutura ideológica e formas de consciência, o fator protagonista muda nas circunstâncias concretas. Essa diferenciação restou muito clara n’*O capital*, quando Marx escreveu, ao tratar da tradição em modos de produção passados, que “nas situações naturais e não desenvolvidas em que se fundamenta essa relação social de produção e o modo de produção a ela correspondente, a tradição tem de desempenhar um papel predominante [*übermächtige Rolle*, ou *protagonista*]”, pois “à parte dominante da sociedade interessa consagrar o que já existe, conferindo-lhe o caráter de lei, e fixar como legais as barreiras estabelecidas pelo uso e pela tradição” (Marx, 2017, p. 853; 1983, pp. 801-2). Nas sociedades arcaicas, por assim dizer, a tradição se sobressaiu entre outros elementos superestruturais e desempenhou o protagonismo naquelas condições históricas. O que explica esse protagonismo da tradição são precisamente as condições reais de vida, a base material arcaica então estabelecida.

Esse tipo de comparação também é possível para a Ática antiga e a Idade Média. Marx sublinhou que “é claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida [o *fator preponderante*] que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal [*protagonismo*]” (Marx, 2013, pp. 156-7). Assim, os fatores que desempenham *protagonismo* se alteram em condições históricas, mas a *preponderância* do todo articulado é a da base material em cada caso, considerando, portanto, suas características, relações sociais de produção, organização social etc. É, pois, o fator explicativo em última instância.

O protagonismo de certos fatores extraeconômicos em épocas variadas significa admitir que podem ter importantes condicionantes recíprocos sobre as formas de pensamento e isso porque o “mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto [pelo materialismo consequente] como produto imediato da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social” (Lukács, 2012, p. 308). No momento da gênese das formas de pensamento já são incidentes a preponderância da “base material” e o protagonismo dos fatores extraeconômicos envolvidos (superestrutura ideológica e outras formas de consciência). Assim, elementos econômicos, políticos e intelectuais nos contextos particulares estão sempre em complexas interações e implicações mútuas.

A dificuldade da análise, portanto, não está em realizar, como é procedimento mais comum, uma lista dos fatores com algum papel na gênese do pensamento econômico, de suas mudanças e desdobramentos em teorias. A enumeração não é de modo algum suficiente. A verdadeira dificuldade está em, tendo de partida a preponderância da base material, analisar as formas de pensamento correspondentes “a partir das condições reais de vida de cada momento” (Marx, 2013, p. 446), demonstrando ao mesmo tempo o protagonismo de outros fatores relacionados no todo articulado, quando for o caso de assim proceder por decorrência da análise de gênese realizada.

É possível identificar contornos gerais disso no exemplo da já referida história da análise da mercadoria como aspecto central da gênese e do desenvolvimento da economia política. Aqui vale como esboço da questão e não tratamento exaustivo. Ainda que em esboço, há indicações suficientes para explicitar o método científico aludido até o momento.

Com efeito, Marx realizou análise (*teórico-histórica*) ao desenvolvimento científico da economia política, não sem desvios por parte de seus protagonistas, da “determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho” (Marx, 1974, p. 167) uma vez que a “determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é (...) um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias” (Marx, 2013, p. 150). A análise científica da mercadoria na economia política debateu-se com as formas acabadas nas quais não se revela aquele segredo, uma vez que “já possuem a solidez de formas naturais da vida social”, sobretudo a “forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados” (p. 150). Marx indicou inúmeras provas pela análise (*imane*) dos conteúdos da economia política segundo as quais “são justamente essas formas [acabadas] que constituem as categorias da economia burguesa”, acrescentando que se trata de “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (p. 151).

Já foi dito que a gênese da economia política, quando também se “separa como ciência autônoma” (Marx, 1974, p. 160), encontrou palco na “Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguilebert” (p. 160). A análise de gênese revelou a existência das condições gerais de possibilidade desdobradas a partir do desenvolvimento primeiramente manufatureiro do capitalismo. Nesse contexto geral, a pesquisa na economia política em torno da determinação do valor decorreu, desde o seu início, não apenas da existência da mercadoria como forma da riqueza – mesmo porque a produção da mercadoria teve “papel subordinado” e de ocorrência exclusiva nos poros de sociedades passadas (Marx, 2013, p. 154) –, mas sobretudo pela progressiva generalização da produção de mercadorias, conformando a análise da mercadoria como pedra angular para a explicação da produção da riqueza. As categorias da economia política são, pois, representações históricas das condições reais de vida, mas representações extraídas daquelas formas acabadas e, portanto, válidas para produção de mercadorias.

Não é por acaso que, já na gênese, a determinação do valor da mercadoria tenha animado as reflexões envolvidas, sobretudo a forma-dinheiro na qual, como dito, não está revelada *prima facie* as relações sociais entre os homens. Nas notas esboçadas sobre a história da análise da mercadoria, Marx forneceu indicativos importantes a esse respeito. Por um lado, Petty captou o “trabalho efetivo no conjunto de sua figural social, como *divisão do trabalho*” (Marx, 1974, p. 160). Tomou, entretanto,

o “valor de troca tal como este *aparece* no processo de troca das mercadorias, isto é, como dinheiro, e o próprio dinheiro como mercadoria existente, como outro e prata” (p. 161). Por outro lado, Boisguilebert reduziu o “valor de troca da mercadoria a tempo de trabalho”. Mas, ao contrário de Petty, lutou “fanaticamente contra o dinheiro, cuja intromissão perturbaria o equilíbrio natural ou a harmonia da troca de mercadorias” (p. 162).

Vê-se que a generalização progressiva da produção de mercadorias na Inglaterra e na França estabeleceu as condições gerais para o desenvolvimento do pensamento econômico ocupado em explicar a produção da riqueza sob a forma capitalista. Nisso se revela pelo menos um dos aspectos decisivos da preponderância da base material para o desdobramento das formas de pensamento. A “presença histórica do objeto” (Chasin, 2009, p. 112, 118) em andamento assedia os ideólogos a darem respostas às questões socialmente postas. Ao inverso, a ausência desse aspecto elementar do “terreno vivo da economia política” (Marx, 2013, p. 84) constituiu circunstâncias em que o “desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía, portanto, a possibilidade de todo desenvolvimento original da economia “burguesa”” (p. 87). Num caso ou no outro, o fator preponderante atua como habilitador ou limitador para as formas de pensamento nos contextos concretos.

Não seria adequado ignorar, em um plano mais amplo, o papel da luta de classes na análise genética em tela. Ao lado das condições gerais, das propriedades do próprio estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, das formas de consciência progressas, das inflexões societais significativas etc., encontra-se a posição de classe dos pensadores envolvidos (Chasin, 2009, Paço Cunha, 2018). Não se trata de fatalismo classista, mas de elemento decisivamente relevante que decorre da própria base material. Há aqui duas direções. Por um lado, a luta de classe é relevante ao processo explicativo das modificações agudas no pensamento econômico, como no caso do enfraquecimento da objetividade científica após 1830, dado o acirramento daquela luta, implicando a ramificação da economia política clássica tanto na figura pensamento econômico sincrético (Mill) quanto no da economia vulgar e apologética (Bastiat), como sugeriu Marx (2013, p. 87). Nesse diapasão, considerou o autor que a “economia [pensamento econômico], à medida que se aprofunda, apresenta ela mesma contradições, e a ela se contrapõe sua contradição como tal, junto com o desenvolvimento das contradições reais da vida econômica da sociedade”, contradições essas expressas na própria luta de classes. Assim, “na mesma medida, a economia vulgar se torna, de maneira consciente, mais *apologética* e procura, à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (Marx, 1980, p. 1539).

Sem dúvida alguma é relevante como fator explicativo para as ramificações no pensamento econômico, tornando-se elemento incontornável para as “controvérsias” na HPE em base materialista. Sobretudo porque quanto mais “se evidencia o caráter antagônico, mais os economistas, os

representantes científicos da produção burguesa, se embaraçam com a sua própria teoria e se formam diferentes escolas” (Marx, 1985, p. 117). A “abordagem das controvérsias” para o estudo da HPE tem, entre seus fundamentos, a ascendência à postura de Rubin (1979) para quem as ideias econômicas são dependentes tanto das formas econômicas quanto da luta de classes. Tendo, portanto, o peso explicativo da base material e do conflito classista embutida na abordagem, revela-se interessada em “compreender as contradições, disputas e rupturas teóricas e metodológicas que estão na essência da história do pensamento” (Curty & Malta, 2022, p. 56). Levar o peso da luta de classes e a posição dos ideólogos nessa luta às últimas consequências seria uma condição necessária para iluminar as ramificações do pensamento no interior das “controvérsias”, procurando ir além do estágio descritivo das ideias dos adversários envolvidos.

Por outro lado, o estágio da luta de classes também é decisivo para explicar o pensamento econômico como reação aos resquícios do modo de produção feudal que não haviam desaparecido da noite para o dia. Nessa direção, retomando certo aspecto da missão social, Marx sugeriu que os autores “clássicos, como Adam Smith e Ricardo, representam uma burguesia que, lutando ainda contra os restos da sociedade feudal, trabalha apenas para depurar as relações econômicas das marcas feudais, para aumentar as forças produtivas e para dar um novo impulso à indústria e ao comércio” (Marx, 1985, p. 117-118). Trata-se de uma contribuição que a análise de gênese fornece à explicitação da missão social do pensamento econômico em tela (mas não de sua objetividade científica e eficácia como ideologia, exigindo investigação teórico-histórica e análise de função social em outra oportunidade). Essa missão social era, pelo menos enquanto finalidade, a de “demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesa, de formular estas relações em categorias, em leis e de demonstrar como estas leis, estas categorias são, para a produção de riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal” (1985, p. 118).

Tem-se, assim, a indicação de elementos constitutivos da base material como fator preponderante. Mas há questões importantes para destacar certos aspectos protagonistas para a análise de gênese do pensamento econômico em tela. Vê-se isso, ao menos em esboço, novamente no exemplo das notas históricas sobre a análise da mercadoria. Na gênese com Petty e Boisguilebert esteve persistente a divergência já indicada a respeito do dinheiro, essa forma acabada das relações sociais sobre a qual se debateu a economia política. Na consideração dessa divergência, escreveu Marx:

Se, por um lado, esta polêmica contra o dinheiro está ligada a circunstâncias históricas determinadas – Boisguilebert combatendo a cega e destruidora ganância de outro da corte de um Luís XIV, de seus “arrendatários gerais” e de sua nobreza, enquanto Petty exalta a ganância pelo outro como o impulso enérgico que estimula um povo ao desenvolvimento industrial e à conquista do mercado mundial –, por outro lado, destaca-se aqui a

profunda oposição de princípios, que se repete como um contraste permanente, entre a economia caracteristicamente inglesa e a caracteristicamente francesa. (Marx, 1974, p. 162)

As condições políticas diferenciais ajudam a explicar as oposições relativas envolvidas na gênese do pensamento econômico sob consideração. Trata-se de um fator protagonista importante para a análise genética, mas que deve ser considerado cuidadosamente como tal. Paula, Cerqueira e Albuquerque (2007, p. 360) sugeriram o “absolutismo mitigado inglês” como elemento explicativo para a diferença registrada entre as elaborações da economia política na Inglaterra e na França. Entretanto, recorreram a tal caráter político como explicação também para “criações intelectuais tipicamente inglesas – o empirismo, o liberalismo e o utilitarismo” (p. 360). Seria necessário verificar a base material como fator preponderante para tais “criações intelectuais” (ver Marx & Engels, 2007, p. 399, 2011, p. 188) sopesada aos fatores extraeconômicos protagonistas, conforme restou sugerido pelos apontamentos precedentes. De toda forma, não é desimportante o apontamento da política no caso em tela.

Não obstante, no mesmo sentido anterior de reconhecer o protagonismo das circunstâncias políticas, Marx destacou outro aspecto da particularidade francesa explicativo para a peculiaridade envolvida na gênese da economia política. Na sequência da consideração sobre a já mencionada polêmica contra o dinheiro, escreveu que:

Boisguillebert olha, de fato, somente para o conteúdo material da riqueza, o valor de uso, o desfrute, e considera a forma burguesa do trabalho, a produção de valores de uso como mercadorias e o processo de troca das mercadorias como a forma social natural, onde o trabalho individual atingiria aquele fim. Por isso, cada vez que se defronta com o caráter específico da riqueza burguesa como no dinheiro, acredita na intromissão de elementos usurpadores estranhos irritando-se com o trabalho burguês sob uma de suas formas, ao passo que o glorifica sob outra forma. (Marx, 1974, p. 162)

Arrematou com tom irônico em nota de rodapé: “O socialismo francês na sua forma proudhoniana padece do mesmo mal nacional hereditário” (Marx, 1974, p. 162). Com isso, fica sugerida uma tendência intelectual que se mostra em diferentes considerações a respeito da vida econômica da sociedade, da gênese da economia política ao socialismo de Proudhon. Não seria exagero, assim, sugerir que se trata de uma tradição nacional, cujos condicionantes se fazem sentir inclusive na gênese da economia política. Mas de maneira alguma essa sugestão de protagonismo elimina a preponderância da base material.

Com esse esboço sintético ficam registrados, refletindo o parâmetro geral, o protagonismo das circunstâncias políticas e das tradições intelectuais simultaneamente à preponderância da base material na determinação social do pensamento econômico em tela.

Esse é um parâmetro geral por meio do qual se pode distinguir o método materialista científico impregnado na determinação social do pensamento em relação, por exemplo, ao método histórico de talhe weberiano. Apesar de certas semelhanças provocadas pelo fato de o método weberiano ser uma reação ao marxismo e pelas características gerais do “capitalismo” como objeto de investigação, os fundamentos não possuem “perfeita consonância” como sugere Paula (2021, p. 31). A rápida comparação auxilia no destacamento da diferença específica daquele parâmetro do método materialista.

Com efeito, uma consideração geral de *A ética protestante e o espírito do capitalismo e História econômica geral*, permite averiguar a coleção de fatores incluindo claramente a questão da “base econômica”. A característica metodológica é marcada pelas chamadas “afinidades eletivas” (Weber, 2004, p. 82-83) entre tais fatores, pelas mútuas atrações e confluências. Como o autor sugeriu:

Cada tentativa de explicação deve, reconhecendo a importância fundamental do fator econômico, antes de tudo levar em conta as condições econômicas. Mas ao mesmo tempo, a correlação oposta não deve ser deixada de lado. Pois embora o desenvolvimento do racionalismo econômico seja parcialmente dependente da técnica e da lei racionais, é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição dos homens de adotar certos tipos de conduta racional prática. (Weber, 1920, p. 26)

Chegou a advertir, nesse sentido, que a “história econômica (e, de modo pleno, a história da “luta de classes” [entre aspas]) não se identifica, como pretende a *concepção materialista da história*, com a história total da cultura. Esta não é um eflúvio, nem uma simples função daquela”. Completou ao escrever que a “história econômica representa, antes de tudo, uma subestrutura, sem cujo conhecimento não se pode imaginar, certamente, uma investigação fecunda de qualquer dos grandes setores da cultura” (Weber, 2006, p. 26). Por princípio todos os fatores se atraem mutuamente e possuem o mesmo peso, cabendo ao analista considerar se a presença ou ausência faria diferença nos resultados históricos, levando também em conta, apesar de inessenciais, aqueles eventos considerados desencadeadores dos processos (Domingues, 2004).

A aparente ausência de fator preponderante já seria uma dificuldade. Como sublinhado anteriormente, ao abstrair o fato de que em toda relação de reflexão há um fator preponderante, se essa “relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante” (Lukács, 2012, p. 334). À primeira vista, a atribuição de iguais pesos a todos os fatores incorreria numa “interação carente de direção”. Entretanto, o leitor atento não poderia deixar de observar que a tendência prevalescente no método weberiano em questão é a acentuação da “cultura” (direito, valores) como fator preponderante. Ao invés de uma “interação

carente de direção”, a resultante é a captura de uma direção equivocada dos processos sociais. Em uma reação ao materialismo mecânico, simplificador, ou “ingênuo” nos termos de Weber, acentuou-se o oposto, diferenciando-se também do autêntico método materialista antes esboçado, na consideração da base material como fator preponderante e dos fatores protagonistas extraeconômicos articulados em uma unidade. Isso fica patente na consideração bastante reveladora da busca da explicação do “modo de ver” que marca o capitalismo:

O capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da *seleção* econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita. Para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido “selecionadas”, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por *grupos* de pessoas. Portanto, é essa emergência de um modo de ver que se trata propriamente de explicar. Só alhures teremos ocasião de tratar no pormenor daquela concepção do materialismo histórico ingênuo segundo a qual “ideias” como essa são geradas como “reflexo” ou “superestrutura” de situações econômicas. Por ora, é suficiente para nosso propósito indicar: que na terra natal de Benjamin Franklin (o Massachusetts) o “espírito do capitalismo” (no sentido por nós adotado) existiu incontestavelmente *antes* do “desenvolvimento do capitalismo”. (Weber, 2004, p. 48)

O acento recai sobre a “cultura”, como se vê. O “espírito do capitalismo” é tomado como anterioridade ao desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos e, por óbvio, tal “espírito” já fora parido em contexto europeu. Logo, contrariamente ao sociólogo, um capitalismo já existente foi, de toda forma, pressuposto desse “espírito” levado ao Massachusetts. Ainda mais contrariamente decisivo é o fato de que as próprias relações sociais capitalistas de produção não foram reinventadas nos Estados Unidos a partir do “modo de ver”, mas levadas com os seus portadores. Ou admitiria o sociólogo que os desbravadores foram despidos de suas relações sociais de produção ao desembarcarem no Novo Mundo? Como sugeriu Marx (1974, p. 162), a propósito da análise do valor de troca “reduzido a tempo de trabalho”, “Benjamin Franklin” se encontrava em circunstâncias nas quais as “relações burguesas de produção, importadas simultaneamente com seus portadores, brotaram rapidamente em uma terra que compensava sua falta de tradição histórica pela abundância de húmus”.

Assim se vê que a reação ao mecanismo ou “ingenuidade” de um tipo de materialismo, uma reação com o propósito de frear o avanço de todo e qualquer materialismo, incluindo o conseqüente, nos círculos intelectuais alemães de então, alcançou esse tipo de *non sense* sociológico pela pena de um Weber. Nada mal para quem, muito distante de Marx, entendeu que a “condição prévia para a existência do capitalismo moderno é a *contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas*” (Weber,

2006, p. 258, grifos no original). Ficam abstraídas as verdadeiras “condições prévias”, como a acumulação anterior de capitais por meio do comércio e dos juros, a disponibilidade de força de trabalho para o assalariamento e prerequisite para o mercado consumidor de massa, além das relações sociais de produção em que se explora produtivamente a força de trabalho. No lugar dessas condições históricas efetivas da maior importância, apareceram ao sociólogo um tipo de “racionalização” por efeito das modificações da cultura e o borrão, devidamente colocado, sobre a exploração produtiva da força de trabalho em nome das “empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas”. Esse é o resultado da acentuação da “cultura” como fator preponderante no quadro dessa sociologia particular.

A devida consideração das formas de pensamento, do seu papel ativo na relação recíproca com os demais fatores da vida social, não dispensa a base material como o autêntico momento preponderante do todo articulado. Vale dizer que “Somente o autêntico método do marxismo, que procura examinar quanto ao seu ser real as formas necessárias de consciência que emergem dos movimentos reais do ser social, que, por essa razão, desempenham um papel real em seu desenvolvimento, por mais desigual e muitas vezes paradoxalmente contraditório que seja esse papel, somente esse método é capaz de chegar a resultados autênticos nesse ponto” (Lukács, 2013, p. 548).

Com tais aspectos destacados, a análise de gênese revela-se, em sua autenticidade, como elemento central na unidade do método materialista para pesquisa em HPE. Evitando-se os extravios e reações desproporcionais, tal análise é fundamental ao estudo do pensamento econômico. Mas não dispensa a conjunção com os demais elementos componentes necessários à pesquisa de conjunto e ampliada, conforme ficou sugerido anteriormente.

3. Considerações finais

O artigo teve por objetivo explicitar os aspectos essenciais da fundamentação do pensamento como predicação ativa e da análise de gênese na qualidade de elementos que constituem a unidade do método materialista e científico ocupado com o estudo das formas de pensamento. Sobretudo para o pensamento econômico e sua história, os elementos considerados mostraram-se incontornáveis não apenas por guardarem na tradição marxista certo acúmulo sobre tal pensamento como também mostrarem-se contributivos para pesquisas adicionais.

Há, contudo, questões a serem tematizadas mais longamente, como a diferença específica do método materialista em relação a outras correntes. Além da sociologia do conhecimento e da abordagem histórica weberiana, há tendências contemporâneas, como a *arqueologia/genealogia do saber*, que merecem escrutínio como elemento auxiliar tendo em vista o aperfeiçoamento daquela especificidade.

Da mesma forma, existem outras questões que demandam aprofundamentos não apenas nos fundamentos e na análise de gênese como também nos demais elementos do método materialista. Não obstante, trazer pelo menos alguns dos aspectos essenciais passa a ser contributivo para auxiliar na explicitação daquela unidade do método – muitas vezes apenas pressuposta –, fomentando pesquisas embasadas em seus parâmetros ainda que gerais.

Referências

- Bukharin, N. (1927). *The economic theory of the leisure class*. International Publishers.
- Chasin, J. (1978). *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- Chasin, J. (2009). *Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo.
- Curty, C. & Malta, M. (2019). Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: Cosentino, D. do Val & Gambi, Thiago F. R. (Orgs). *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói/São Paulo: Eduff/Hucitec Editora.
- Curty, C. & Malta, M. (2022). Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: Malta, M., Léon, J., Curty, C. & Borja, B. (Orgs.): *Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Curty, C. (2020). A crítica da economia política como caminho para a história do pensamento econômico? Elementos sobre método e história do pensamento econômico na obra de Marx. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, 2020, Salvador. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política*.
- Dobb, M. (1973). *Theories of value and distribution since Adam Smith: ideology and economic theory*. Cambridge University Press.
- Dobb, M. (1932). *An introduction to economics*. The Camelot Press.
- Dobb, M. (1937). *Political economy and capitalism*. George Routledge & Sons.
- Dobb, M. (2012). On some tendencies in modern economic theory. In *On economic theory and socialism, Collected Papers* (vol. 2). Routledge.
- Domingues, I. (2004). *Epistemologia das ciências humanas*. Tomo 1. São Paulo: Edições Loyola.
- Engels, F. (2015). *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo.
- Ganem, A. (2011). A história do pensamento econômico brasileiro como questão. In: Malta, M. M. de (Org.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- Lange, O. (1963). *Political economy* (Vol. 1). Polish Scientific Publishers/Pergamon Press.
- Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social* (Vol. 1). Boitempo.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social* (Vol. 2). Boitempo.
- Lukács, G. (2016). Marx e o problema da decadência ideológica. In *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Boitempo.
- Lukács, G. (2020). *A destruição da razão*. Instituto Lukács.

- Malta, M. M. de, Castelo, R., Rocha, M. A. da, Borja, B., & Bielschowsky, P. (2011). A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: Malta, M. M. de (Org.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- Mannheim, K. (1968). *Ideologia e utopia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Marx, K. (1974). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (1983). *Das Kapital*. Werke Band 25. Berlim: Dietz Verlag.
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse*. Boitempo.
- Marx, K. (2013). *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2017). *O capital*. Livro III. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1961). Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Marx-Engels Werke*, Band 13. Dietz Verlag Berlin.
- Marx, K. (1985). *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global.
- Marx, K. (1980). *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro III. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Medeiros, J. L. (2013). *A economia diante do horror econômicos: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Editora da UFF.
- Mesquita, L. G. de. (2021). Uma metodologia para a análise do pensamento econômico a partir da Ontologia de Lukács: o caso do movimento marginalista. *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia Política*, Goiânia (Evento virtual). Disponível em: <https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=enep_teste/uploads/803_1615835947_MESQUITA,_LG__Uma_metodologia_para_a_analise_do_pensamento_economico_pdf_ide.pdf>
- Paço Cunha, E. (2018). Ciência revolucionária: manifesto e miséria da filosofia. *Sapere Aude*, 9(18), 161-177. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2018v9n18p161-177>
- Paula, J. A. de. (2010). Apresentação. In: Marx, K. *Para a crítica da economia política*. Manuscrito de 1861-1863. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Paula, J. A. de. (2015). Celso Furtado, a história e a historiografia. *Cadernos Do Desenvolvimento*, 10(17), 144–165. <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/94>
- Paula, J. A. de. (2021a). *O capitalismo no Brasil*. Curitiba: Kotter Editorial.
- Paula, J. A. de. (2021b). *Capítulos de história do pensamento econômico do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Paula, J. A. de., Cerqueira, Hugo E. A. da Gama, & Albuquerque, E. da M. (2007). Nações e estilos de economia política. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 3 (107), julho-setembro, pp. 357-374.
- Rubin, I. (1979). *A history of economic thought*. Ink Links.
- Schaff, A. (1991). *História e verdade* (5th ed.). Martins Fontes.
- Schumpeter, J. (1954). *Economic doctrine and method: An historical sketch*. Oxford University Press.
- Schumpeter, J. A. (2006). *History of Economic Analysis*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203983911>

- Tolipan, R. (2019). Anotações sobre a história do pensamento econômico. *Revista de Economia Contemporânea*, 6(1). Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19720>
- Vaisman, E. (2010). O significado dos Grundrisse e a filosofia. In: Paula, J. A. de. (Org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Vaisman, E. (2006). A usina onto-societária do pensamento. *Verinotio*, n. 4. Disponível em <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/27>>
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Weber, M. (1920). *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Charles Scribner’s Sons.
- Weber, M. (2006). *História geral da economia*. São Paulo: Centauro.